

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Primeira leva

A reunião de hoje do presidente Lula com os ministros da Casa Civil, Rui Costa; e de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, começará a passar o pente-fino nas expectativas do partido em relação a cargos. Há quem diga que, atendido o PT, virão os demais partidos.

Quem pode mais...

... chora menos. Querendo ou não, o PT é o partido do presidente e o maior da base parlamentar deste governo. A única sigla maior do que o PT na Câmara é o PL, no geral, opositorista.

A quarta CPI

Depois de obras inacabadas, atos antidemocráticos de 8 de janeiro e ONGs da Amazônia, a oposição no Senado vai investir, a partir da próxima semana, na CPI das Lojas Americanas.

Audiência garantida

A avaliação dos parlamentares é que o trio de bilionários — Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles — tem muito a explicar. Se a CPI for adiante, eles devem ser os primeiros a serem chamados.

CACs na mira

O caso de Sinop (MT) é mais um tijolinho para que o governo aposte em novas restrições às armas. Lá, dois homens mataram sete pessoas depois de perder na sinuca num bar. Um dos assassinos tinha registro em clube de tiro e praticava regularmente. Esse será um dos embates no Congresso no futuro próximo.

Os bolsonaristas, conforme anunciou Eduardo Bolsonaro (PL-SP) em entrevista à Rede Vida, querem que o Congresso retome os decretos de liberação do governo anterior. O presidente Lula e seus ministros pretendem apertar ainda mais a legislação. E a contar pelo que disse o ministro da Justiça, Flávio Dino, em suas redes sociais, a ordem é deixar claro que o projeto de liberação das armas é prejudicial. Ele se referiu assim ao caso de Sinop: “Mais um resultado trágico da irresponsável política armamentista que levou à proliferação de ‘clubes de tiro’, supostamente destinados a ‘pessoas de bem’ (como alega a extrema direita)”.



CURTIDAS

Segura só um pouquinho/ Diante da tragédia no litoral norte de São Paulo, a tal âncora fiscal que o Congresso cobra do governo deve demorar mais alguns dias. Primeiro, é preciso atendimento imediato e de médio prazo àqueles que perderam tudo e aos que ainda moram em áreas de risco.

Só depois/ O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estará na Índia a partir de hoje, para a reunião dos ministros do G-20. A aposta é que ele e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, aproveitem o tempo fora do Brasil para acertar os ponteiros entre BC e Fazenda no quesito juros.

Em avaliação/ A primeira-dama Janja (**foto**) ainda não decidiu se vai ao desfile das campeãs, no sábado. Ela foi convidada pela campeã, Imperatriz Leopoldinense, em que iria desfilar durante o carnaval se não fosse para Salvador. Só tem um probleminha: depois da exposição com a ida ao Expresso 2222 na Bahia, há no governo quem defenda que Janja se recolha.



Francisco Artur/CB/D.A. Press

Caso de polícia/ Especialista em defesa do consumidor, o advogado Arthur Rollo alerta: “Tentar lucrar com a desgraça alheia, cobrando R\$ 93 por um litro de água, é crime contra a economia popular. Esses inescrupulosos tinham que ser presos em flagrante”. Ele cita o artigo 2º da Lei 1.521/51, inciso IX: “Obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos (“bola de neve”, “cadeias”, “pichardismo” e quaisquer outros equivalentes).

Campanha da Fraternidade 2023/ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) abriu oficialmente a campanha deste ano, que tratará da fome no Brasil. Quem puder ajudar nessa empreitada, mãos à obra.

PODER

Lula defende regulação das redes

Em carta à Unesco, presidente pede regras para as plataformas digitais como forma de combater a desinformação e proteger a democracia

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem, em carta à Unesco, a regulamentação das redes sociais para o combate à desinformação e para a proteção da democracia. O documento foi lido na conferência *Internet for Trust*, em Paris, que reúne representantes de vários países para discutir a criação de regras voltadas às plataformas digitais. É a primeira vez que a Unesco, braço da Organização das Nações Unidas (ONU) volta à ciência e à educação, discute o tema em conferência.

Lula foi convidado a participar do evento pela diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay, mas não pôde comparecer. A comitiva brasileira contou com representantes do Executivo, como o secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social (Secom), João Caldeira Brant; o procurador-geral da União, Marcelo Eugênio Feitosa Almeida; e a assessora especial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Estela Aranha. Também estavam presentes o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o influenciador Felipe Neto.

Em sua carta, Lula defende que as plataformas digitais trouxeram benefícios sociais e econômicos para o mundo. “Esses benefícios, no entanto, estão distribuídos de maneira desproporcional entre as pessoas de diferentes níveis de renda, ampliando a desigualdade social”, enfatiza. “O ambiente digital acarretou a concentração de mercado e de poder nas mãos de poucas empresas e países. Trouxe, também, riscos à democracia, riscos à convivência civilizada entre as pessoas, riscos à saúde pública”, acrescentou.

O chefe do Executivo cita como exemplos a desinformação espalhada em torno da pandemia da covid-19, e os atos terroristas de 8 de janeiro em Brasília, motivados pelos ataques ao sistema eleitoral. “Ao fim do dia, a democracia brasileira venceu e saiu ainda mais forte. Mas nunca deixaremos de nos indignar com as cenas de barbárie daquele domingo”, assinala o petista.

Ele argumenta que as normas para as redes sociais devem defender o direito individual à liberdade de expressão, mas também o direito coletivo a informações verdadeiras. Critica o fato de as empresas terem tanto controle sobre o que pode ou não ser veiculado.

“Não podemos permitir que a integridade de nossas democracias seja afetada pelas decisões de alguns poucos atores que hoje controlam as plataformas”, frisa o presidente. “(A regulamentação) Deverá corrigir as distorções de um modelo de negócios que gera lucros explorando os dados pessoais dos usuários.”

“Consenso global”

A regulamentação das redes é uma das propostas defendidas pelo governo e está presente em projetos como o “Pacote da democracia”, criado pelo Ministério da Justiça, e o Projeto de Lei (PL) das Fake News, que tramita na Câmara.

A conferência da Unesco é a primeira a tratar da desinformação e regulamentação para as plataformas. Está sendo realizada após pedido do secretário-geral da ONU, António Guterres, por medidas para combater a desinformação. Na avaliação de Audrey Azoulay, esse é um dos problemas “mais complexos e desafiadores do nosso tempo”.

Unesco/Christelle Alix



O ministro Barroso no evento *Internet for Trust*, da Unesco: “Acho que vai se formando um consenso global”



Não podemos permitir que a integridade de nossas democracias seja afetada pelas decisões de alguns poucos atores que hoje controlam as plataformas”

Trecho da carta de Lula

A carta de Lula foi lida pelo secretário João Brant na abertura da conferência. “Estamos enxergando os efeitos da desinformação, do discurso de ódio, dos ataques à democracia na sociedade brasileira”, declarou. “A intenção do governo brasileiro é fazer esse debate costurando ações no Brasil, mas também essa articulação global. É um problema que o mundo todo sofre”, afirmou.

O ministro Luís Roberto Barroso ressaltou, depois do encontro, que os países estão alinhados sobre o tema. “Acho que vai se formando um consenso global de que é preciso regulamentar as mídias. Quando surgiu a internet, havia uma certa ideia de que ela deveria ser aberta, livre, e não regulada. Uma visão um pouco libertária que,

infelizmente, com o tempo, não confirmou sua possibilidade”, disse, em entrevista à CNN.

Por sua vez, o influenciador Felipe Neto discursou no evento sobre sua atuação durante a campanha eleitoral. Ele usou as redes para combater a desinformação, especialmente em relação às urnas eletrônicas, e para apoiar a candidatura de Lula. “Toda vez que eu via uma mentira, usava as mesmas palavras-chave para ser recomendado entre os extremistas. Então, quando as pessoas assistissem aos vídeos dos extremistas, eu seria recomendado. Usei o mesmo público-alvo para tentar burlar esse sistema”, explicou o youtuber, que tem cerca de 45 milhões de seguidores em sua conta no canal.

Crítica a visita de senador

» RAPHAEL FELICE

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) criticou a ida do presidente da Comissão dos Ianomâmi, Chico Rodrigues (PSB-RR), às terras do povo indígena e afirmou que a presença do colega de Senado no local “não tem legitimidade”. Ela explicou que o colegiado para acompanhar in loco a situação dos ianomâmis só teve a reunião para sua criação e não aprovou plano de ação.

“O senador vai ao estado sem nenhum secretário ou consultor da comissão para que se fizesse um registro ou construísse, por exemplo, um relatório. Também (foi à Terra Ianomâmi) sem a companhia de nenhum senador. Isso ocorreu porque nós senadores não fomos avisados em tempo hábil para acompanhar, de fato, essa visita, então mais uma visita feita com custos dos cofres públicos”, enfatizou.

A comissão é formada por cinco senadores. Três são de Roraima — Chico Rodrigues, Dr. Hiran (PP) e Mecias de Jesus (Republicanos) —, por escolha do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Os outros dois, são Eliziane Gama e Humberto Costa (PT-PE).

Segundo Eliziane, com base nas informações recebidas sobre a visita, o colegiado tomará as medidas cabíveis. “Não vamos aceitar que uma comissão que leva o nome dos ianomâmis possa, por exemplo, servir de instrumento de quem quer que seja que tenta aumentar ou até legitimar uma ação criminosa contra os povos ianomâmis”, frisou.